

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES  
COMISSÃO PARA A ÉTICA, A CIDADANIA E A COMUNICAÇÃO  
CPECC  
N.º ÚNICO 446242  
ENTRADA / S.ª Nº 304 DATA 23/10/2012



*Afunda no fundo a  
maioria recessiva d.  
12. Comissão  
JMS*

*22/10/2012*

*Afunda no  
recessiva d.  
22/10/2012*

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Deputado Mendes Bota

O trabalho desenvolvido pela Agência Noticiosa Lusa, enquanto veículo de distribuição de um notável serviço noticioso nacional e internacional em prol do interesse público, vem sendo posto em causa, nos últimos meses, pelo atual executivo, por motivo da denúncia do contrato entre esta Agência e o Governo, cujo término se concretiza a 31 de dezembro.

Pese embora o Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, aquando da sua audição parlamentar na Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, em julho do presente ano, ter sublinhado que “tem que haver uma redução significativa da transferência para a Lusa, mantendo a mesma qualidade de serviço”, o certo é que o cenário com o qual nos confrontamos atualmente revela uma realidade bem distinta.

O corte impetrado no Orçamento de Estado para 2013 de 30% no financiamento da Lusa conduzirá, inevitavelmente, ao despedimento de trabalhadores e, conseqüentemente, ao enfraquecimento do serviço público ao qual se encontra adstrito.

Com efeito, não obstante ter sido apresentada pelo Conselho de Administração da agência noticiosa uma proposta de corte de 15%, que rondaria os 13,2 milhões de euros, sem IVA e que permitiria manter o serviço noticioso em pleno funcionamento, o certo é que o atual executivo parece não querer ceder na intenção deste corte de proporções inimagináveis.

Esta situação já levou o Conselho de Administração da Lusa a pôr em prática um programa de rescisões voluntárias até ao final do mês de outubro, pese embora entrarmos agora num período de discussão do Orçamento de Estado para 2013, no qual se poderão avançar alternativas à proposta governamental que permitam salvaguardar o arsenal humano e a qualidade do serviço público que até hoje nortearam o trabalho desta agência noticiosa.



Para além disso, parece estar ainda a ser estudada a possibilidade de um eventual processo de despedimento coletivo, que afetará, no mínimo, 50 trabalhadores e que enfraquecerá, em definitivo, o serviço público prestado por esta Agência Noticiosa.

Trata-se de uma matéria que merece um debate urgente e uma intervenção prioritária por parte desta comissão, que norteia a sua atividade no sentido de salvaguardar o serviço público de radio e televisão, constitucionalmente consagrado.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista requer a audição do Conselho de Administração da Agência Noticiosa Lusa, de modo a conhecer a sua posição face ao OE para 2013 e as possíveis alternativas ao modelo apresentado pelo Governo.

Assembleia da República, 22 de outubro de 2012

Os Deputados: